
**O CARÁCTER NACIONAL PORTUGUÊS
E O CONCEITO ESTRATÉGICO DE DEFESA NACIONAL**

Nuno António Bravo Mira Vaz

O CARÁCTER NACIONAL PORTUGUÊS E O CONCEITO ESTRATÉGICO DE DEFESA NACIONAL (*)

SUMÁRIO

A. INTRODUÇÃO

B. O QUADRO CONCEPTUAL

1. *Apresentação sintética do Conceito Estratégico de Defesa Nacional*
2. *Reflexões em torno do conceito do carácter nacional*

C. O RELACIONAMENTO DO HOMEM PORTUGUÊS COM O CONCEITO ESTRATÉGICO DE DEFESA NACIONAL

1. *O homem e o meio envolvente*
2. *Uma tentativa de compreensão da História*
3. *Esboço de formulação do carácter nacional português*
 - a) *Uma prevenção necessária*
 - b) *Alguns aspectos mais significativos do Inquérito realizado pelo Instituto de Ciências Sociais para o IDN em 1988*
 - c) *Uma mesa-redonda no Instituto da Defesa Nacional*
 - d) *A «visão» antropológica*
 - e) *O «retrato» fornecido pelos intelectuais*

D. OS NEXOS POSSÍVEIS

A. INTRODUÇÃO

A primeira interrogação suscitada pelo tema relaciona-se com a possibilidade de existir — e de poder caracterizar-se — um carácter nacional português. As qualidades e os defeitos do homem português constituem uma trama psico-somática determinante da História, ou representam apenas tendências comportamentais, irredutíveis a padrões sociológicos? Portugal é o que é, hoje, em razão dos portugueses, ou foi antes o devir da comuni-

(*) Trabalho individual apresentado no Mestrado de Estratégia no ISCS.

dade que de alguma forma moldou os cidadãos? Qual é o grau de objectividade possível na determinação do modo de ser de um povo? Os escritores e os intelectuais, por dever de ofício cronistas da maneira de ser português, ocupam-se de arquétipos ou de mitologia?

Como seria de esperar, a multiplicidade dos pontos de vista dificulta a elaboração de uma resposta concreta. De facto, «o apelo a factores rácicos, às constantes estruturais de um povo, ao modo de ser característico regional e nacional tem sido explicação cómoda para justificar comportamentos sociais, acontecimentos históricos, estados de coisas. Outra atitude oposta, menos intuitiva e mais racionalizada, procura antes factos, conjunturas, causas determinantes, linearmente inseridas no processo histórico de um povo. Causas *estruturais* ou permanentes, causas *acidentais* ou históricas, eis uma dialéctica insolúvel da qual têm nascido múltiplas teses» (14;262).

Nem tudo são dificuldades, porém. De facto, Portugal não personifica seguramente o fenómeno, tão violentamente sentido por outras comunidades e povos, de «crise de identidade». Não será fácil estabelecer as bases culturais de um povo com oito séculos de história, sabendo-se que elas são afectadas por influências externas (aculturação) e internas (transformações de estruturas intrínsecas à própria evolução). Mas, do ponto de vista linguístico ou cultural, bem como quanto à situação histórico-política, Portugal é um país *centrado*, tão bem definido em si mesmo como se não encontra facilmente outro (¹).

Aliás, até na nossa história recente pode encontrar-se uma interessante prova dessa identidade. A perda das colónias, que muitas sensibilidades recearam poder provocar um traumatismo irrecuperável, revelou-se afinal, por muito doloroso e absurdo que tenha sido em certos casos, como um fenómeno perfeitamente assimilável pela comunidade.

Gilberto Freire tem sobre o assunto opiniões definidas. Para ele, é claro que o povo português tem uma vocação colonizadora — e o processo de formação da sociedade escravocrata do Nordeste brasileiro resulta justamente dessa herança étnica de um povo marcado em simultâneo pela Europa e pela África. Já porém José Augusto Seabra se revela mais prudente. Não só lembra que nem sempre a Nação coincide com o Estado e

(¹) Um inquérito levado a cabo em 1988 pelo Instituto de Ciências Sociais, a solicitação do Instituto da Defesa Nacional, confirmou exactamente a forte identidade nacional dos portugueses.

em consequência é frequentemente heterogénea dum ponto de vista etno-psicológico, como põe em evidência a dificuldade de formular um conceito do carácter nacional, em virtude da necessidade de compatibilizar um conceito político com uma realidade psicológica.

Outra questão ainda é a possibilidade de encaixar num mesmo tipo de comportamento, por exemplo, o minhoto confinado à leira exígua, mas extrovertido, e o alentejano afeito ao espaço e à solidão, dado que, a despeito da sua homogeneidade cultural, a personalidade psicossocial do povo português é complexa e apresenta algumas antinomias significativas, devidas certamente às origens da população actual, com predominância de elementos celtas e germanos no Norte do país enquanto que no Sul predominam elementos mediterrânicos e berberes.

Por outro lado, o padrão dos procedimentos individuais na classe alta difere muitas vezes, e substancialmente, do das outras classes. Recentes estudos de opinião, por exemplo, revelam que «é nas classes superiores, nas mais instruídas, que baixa o *tonus* do sentimento patriótico e que mais facilmente se substitui o arquétipo de *Pátria* pela figura menor de *Região* e pelo modelo utópico de uma *Nação* de dimensões continentais, constituída por um xadrez de culturas e de interesses muitas vezes antagónicos» (15;26).

O etnólogo Jorge Dias faz notar que as virtudes e os defeitos de um povo se mantêm invariáveis; só as suas reacções é que se adaptam às circunstâncias históricas. Além disso, ainda segundo ele, é impossível 'compreender' o indivíduo isolado sem que primeiro se 'compreenda' a sociedade em que ele cresceu e onde formou a sua mentalidade. Isto é, um determinado *comportamento individual* só por acaso coincidirá com o *padrão de comportamento* e apenas este, determinado em função de critérios estatísticos, representa o comportamento dominante dentro da sociedade.

Tudo considerado, há alguma possibilidade de analisar, com o mínimo de rigor, os *caracteres*, ou estaremos condenados a cotejar tão-somente as suas *representações*, variáveis consoante a época e o contexto? E se, após uma análise simultaneamente rigorosa e prudente, se identificar um 'carácter nacional' onde o português médio se reveja, poder-se-á detectar alguma ligação entre ele e o Conceito Estratégico de Defesa Nacional? Este reflecte, de alguma forma, a qualidade do potencial humano disponível? E no passado como foi? A conquista de Lisboa correspondeu a um impulso colectivo ou representa tão-somente a vontade indomável do rei conquistador, que

arrastou consigo a indecisão dos vassallos? É possível encontrar um nexo entre o *carácter português* e o *Conceito Estratégico de Defesa Nacional*?

B. O QUADRO CONCEPTUAL

1. Apresentação sintética do Conceito Estratégico de Defesa Nacional

As grandes linhas orientadoras da política nacional e dos seus objectivos essenciais têm mantido uma indesmentível constância ao longo dos séculos. Porém o Conceito Estratégico de Defesa Nacional, na sua formulação sistémica, é uma criação recente, não sendo portanto possível uma análise da sua evolução como tal.

Como quer que seja, o conceito actual resulta seguramente do mesmo pensamento orientador que, através dos séculos, terá impulsionado o destino colectivo. E é nessa medida, para tornar compreensível a orientação e a evolução históricas da nossa política de defesa, que se transcreve o essencial do actual CEDN.

No seu título I, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 10/85 diz que:

«A Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas entende por Conceito Estratégico de Defesa Nacional a definição dos aspectos fundamentais da estratégia global do Estado adoptada para a consecução dos objectivos da política de defesa nacional, indicando também alguns dos objectivos permanentes:

- Garantir a independência nacional;
- Assegurar a integridade do território;
- Salvaguardar a liberdade e a segurança das populações, bem como a protecção dos seus bens e do património nacional;
- Garantir a liberdade de acção dos órgãos de soberania, o regular funcionamento das instituições democráticas e a possibilidade de realização das tarefas fundamentais do Estado;
- Contribuir para o desenvolvimento das capacidades morais e materiais da comunidade nacional, de modo que possa prevenir ou reagir pelos meios adequados a qualquer agressão ou ameaça externas;
- Assegurar a manutenção ou o restabelecimento da paz em condições que correspondam aos interesses nacionais.»

Estes objectivos são subsumíveis a um único: a garantia da soberania e da independência nacional, princípio este orientador da estratégia global do Estado, tal como foi fixado nas grandes opções do conceito estratégico de defesa nacional.»

No título II, por seu turno, diz:

«A Nação é portanto o valor estratégico fundamental que determina, para a estratégia global do Estado em matéria de defesa nacional, as seguintes linhas de acção essenciais:

1) O reforço da coesão interna, através do funcionamento da consciência nacional e do desenvolvimento dos valores éticos, morais e culturais que historicamente a formam e lhe dão razão de ser. Em síntese, é essencial a manutenção e o reforço da vontade nacional visando a independência e a determinação da Nação em bater-se pela mesma sempre que necessário.»

Quanto a esta questão, portanto, nada de substancial mudou desde a fundação da nacionalidade. No essencial, estes terão sido os princípios que nortearam a Conquista, o Descobrimento e a Colonização, bem como todas as Reconquistas da nossa História. E são eles que vão servir de referência no nosso estudo.

2. Reflexões em torno do conceito do carácter nacional

Jorge Dias considera que cada sociedade integra três elementos essenciais: o homem, a terra e a tradição. Diz ele:

«Por *homem*, entendemos a parte biológica do nosso ser humano, o que se costuma chamar a raça e os aspectos psicológicos que lhe estão associados sob a forma de constituição e temperamento. Por *terra* entendemos o ambiente geográfico: clima, solo, relevo, isolamento, mundo vegetal e animal. Por *tradição* consideramos o património cultural de outras eras, que se mantém como resíduo atávico em todos os povos e que, no momento actual, pode ter carácter funcional e útil com vista aos fins a atingir, ou ter carácter absoluto e impedir melhor adaptação dos indivíduos às circunstâncias de momento. A tradição é já, portanto, uma forma especial de cultura» (6;25).

Segundo Jung, que Jorge Dias cita na sua «Antropologia Cultural», existem dois tipos fundamentais de homem, que designa de *tipo de introversão* e *tipo de extroversão*. Em todo o indivíduo coexistem, em grau variável, estas duas atitudes, dependendo a classificação tipológica da predominância de uma ou de outra.

Finalmente, conforme faz notar António da Silva Leal, é preciso ter presente que «em cada povo ou em cada país existem imagens ou estereótipos do que nele se julga ser o carácter nacional. Essas imagens não obedecem a grelhas logicamente coerentes, mas assentam ou coincidem, muitas vezes, com elementos de ordem mítica. Elas são, simultaneamente, mantidas pela cultura erudita e pela cultura popular.

(...) O mito, ou os mitos, do carácter nacional podem ser intensamente reactivados em situações de crise, embora eles possam emergir dessas situações profundamente transformados. (...) Sempre que se trate de um confronto com outros povos — ainda que meramente competitivo — parece possível, através de apelos ao carácter nacional, mobilizar energias duradoras.

(...) As crenças comuns nos caracteres nacionais podem ter base científica e devem ser, conseqüentemente, desmontadas, como aconteceu com a imagem do mundo antes da revolução Copernicana. Uma coisa parece, porém, evidente: é que há necessidade de estudar cientificamente essas crenças comuns. Os caracteres nacionais podem ser apenas mitos cultivados pelas classes que são senhoras da produção e da guerra, mas os estereótipos em que eles se traduzem funcionam efectiva e eficazmente ao nível das consciências individuais e (na medida em que tal tenha sentido) das consciências colectivas. Ignorar a existência destes estereótipos é ignorar dimensões sensíveis da realidade em que estamos inseridos» (10;1 e 2).

C. O RELACIONAMENTO DO HOMEM PORTUGUÊS COM O CONCEITO ESTRATÉGICO DE DEFESA NACIONAL

1. O homem e o meio envolvente

A preservação da cultura de uma comunidade depende em muito da educação e da interacção social. Ao nascer, todo o homem integra uma família e uma comunidade, com quem aprende a agir e a falar. Mais tarde, o conjunto de inter-relações sociais alarga e reforça o sistema de valores tradicionais. Portugal é o produto de uma lenta integração de culturas

— desde as populações autóctones até aos povos que se foram com elas misturando no decorrer do tempo, todos concorreram para uma cultura de feição particular.

A cultura, porém, não explica tudo. Portugal não teria porventura sobrevivido até hoje, como nação independente, se não tivesse ligado o seu destino ao mar, subtraindo-se dessa forma ao centripetismo de Castela e à sua apetência unificadora (?).

É sabido que a natureza, embora não determine fatalmente as acções humanas, as condiciona fortemente — e por isso não se pode empreender o estudo das sociedades humanas sem tomar em consideração o ambiente natural.

Por seu lado o homem — diferentemente do animal — não se adapta só passivamente. Uma das suas características principais é justamente a capacidade de modelar o ambiente e de aproveitar as forças da natureza para as pôr ao seu serviço.

Na verdade, «pode dizer-se que o ambiente natural de Portugal facilitou a fixação de certos grupos humanos e a sua evolução num sentido que contribuiu para a unidade política, apesar da heterogeneidade cultural real, mas sem profundos antagonismos.

Por outro lado, o facto de a parte da população numericamente mais importante e culturalmente mais dinâmica se acumular no litoral contribuiu para dar um impulso orientador ao sentido da nossa História. (...) A unidade étnica portuguesa, que resultou do caldeamento de várias sub-raças da raça caucasóide, a que se vieram mais tarde misturar elementos de outras raças, contribuiu para dar aos portugueses enorme plasticidade humana e invulgar sentido ecuménico» (8:39).

Esta 'vocação', reforçada por uma tradição comunitária, pelo predomínio da família patriarcal multifuncional e pelo primado do princípio católico da renúncia aos bens terrenos como maneira de alcançar o Céu, marca muito fortemente a maneira de ser portuguesa até ao século XVI. A partir daí, porém, as circunstâncias em que se formou e consolidou o carácter nacional alteraram-se rápida e profundamente, originando que o carácter nacional adquirisse uma 'configuração' fortemente diferenciada.

(?) O resultado político de uma guerra ou de uma crise pode confinar populações em zonas cuja geografia induz ou estabiliza os comportamentos colectivos, mas estes também podem ser o resultado de antecedentes étnicos e psicossociais.

Esta alteração do carácter nacional foi comentada por Alexandre Herculano no *Portugal Contemporâneo*. O escritor atribuía a decadência do país a factores históricos, recentes para a época (tais como a revolução de 1820, a morte de D. João VI e a conseqüente crise política, social e religiosa), mas também a factores estruturais (fatalismo e incapacidade de coordenar acções). «Eu vejo uma decadência no carácter e uma desnacionalização na cultura», escreveu ele no prefácio à 2.^a edição da referida obra; e acrescentava: «Um povo que viveu muitos anos de 'recursos estranhos' (ouro e diamantes do Brasil), que se revela fanatizado (desde o Jesuitismo aos *apostólicos* da rainha D. Carlota), dividido por partidarismos e individualismos, (...) é forçosamente um povo em crise de decadência, um 'enfermo do Ocidente'» (14;255 e 256).

Junqueiro também enumera os males de que sofre a sociedade portuguesa, não poupando o clero, a burguesia, o poder legislativo e o próprio exército. O balanço que ele faz do povo português, tomando como base o *modo de ser* em conexão com os factos concretos da situação real, não pode ser mais derrotista: o clero está desmoralizado, a burguesia corrupta até à medula, o exército incapaz de defender o país, a instrução miserável. Em resumo — tudo uma choldra, como na velha expressão de Eça.

Quanto a Jorge Dias, destaca factores geográficos para explicar o mesmo fenómeno de decadência: «se o carvão e o aço, que constituíram a base da última fase da civilização ocidental, existissem no nosso subsolo, é natural que tivéssemos desempenhado um papel bem diferente daquele a que fomos obrigados» (14;266) ⁽³⁾.

Fernando Pessoa, por seu turno, «salienta o carácter *mediterrânico* de Lisboa (somos muitos mais helénicos que latinos...) pois 'não é uma blague geográfica o ficarem Lisboa e Atenas quase na mesma latitude'» (14;267).

A influência da proveniência geográfica — e a questão subsequente sobre a importância relativa das várias regiões do país — tem alimentado um debate apaixonado ao longo da história. Basílio Teles, por exemplo, defende a tese de que o carácter do português do Norte (guerreiro e patriota, de estirpe ariana) foi decisivo na formação da nacionalidade e no predomínio do municipalismo e da descentralização até à crise de 1383; enquanto

⁽³⁾ A luz do conhecimento moderno, esta teoria é indefensável. O estatuto dum país não depende da existência de matérias-primas, embora essa existência o possa influenciar.

o português do Sul (submisso ainda que dado à navegação e à conquista e de ascendência semita) teria influenciado os regimes de centralismo absolutista e as veleidades imperiais tão nefastas ao país.

2. *Uma tentativa de compreensão da História*

Como seria de esperar, os inúmeros «retratos» fornecidos pela literatura não permitem construir um modelo do carácter português com um mínimo de coerência. Além disso, apenas a partir do século XIX é possível encontrar, sobre o assunto, correntes de pensamento estruturadas. Isto faz com que avultem as teses da geração de 70 e as ligadas ao Estado Novo — a primeira *miserabilista*, representando Portugal como um país exíguo às portas da Europa civilizada, a segunda defendendo uma versão paradisíaca do país —, as quais mais não fazem do que dificultar a interpretação, pois ao procurarem projectar imagens contraditórias e igualmente maximalistas, acabam por mutuamente se neutralizar. Para lá destas duas correntes, existe uma enorme diversidade de opiniões individuais, sem articulação entre si.

Apresentam-se seguidamente, sem preocupação quanto à respectiva sequência, algumas teses e opiniões de conhecidos autores que se preocuparam com o assunto.

Oliveira Martins apresenta, no prefácio à 3.^a edição do *Portugal Contemporâneo*, uma interpretação sintética dos principais movimentos sociais do povo português. Diz ele que «em três momentos se pôs em dúvida a capacidade de subsistência política do Povo Português (três crises):

1.^o — Em 1640. O que garantiu a superação do domínio filipino e a vitória de 1640 foi a conjuntura de inimizades de várias potências, seguida da exploração do ouro e diamantes do Brasil. Perdida a Índia, restava agora o Brasil, que iria enriquecer Portugal.

2.^o — As Invasões Francesas, a Revolução de 1820 e a perda oficial do Brasil (1825) vão fazer surgir nova crise (perdidos agora os réditos do Brasil, que sustentavam uma sociedade cortesã e monástica). Mas uma esperança vaga, 'sebastianista, ingénita na alma portuguesa', sempre pronta em hora de crise, levou ao 'burocratismo', à crença na panaceia do fomento 'regenerador'.

3.^o — Mas a expansão do capitalismo europeu explorando (pelos empréstimos) um país exíguo e extenuado como o Portugal dos meados

do século XIX, não obstante a (aparatososa) era de estradas e de caminhos de ferro, levou à nova crise, agora mais séria. 'Salvar-nos-á Angola, como nos salvou o Brasil no século XVII?'» (14;26).

Manuel Antunes, no seu ensaio *Repensar Portugal*, preconiza uma série de medidas para 'recuperar' o país. Essas sugestões para o futuro — desburocratização (da administração), desideologização (das comunidades), desclientelização (dos partidos políticos) e descentralização — são, em si mesmas, um testemunho eloquente das características que o autor encontra no português de hoje.

Vasco Pulido Valente, nos seus *Estudos sobre a crise Nacional*, diz que «A Nação é uma comunidade com uma missão. Ora, no Portugal de oitocentos, na sociedade do constitucionalismo monárquico, já não existem cidadãos, existem apenas habitantes que se preocupam exclusivamente com os seus interesses próprios, privados, e não têm qualquer sentimento comunitário. (...) E António Sérgio, dissertando sobre o que chama de 'questão nacional', (...) atribui a três vícios fundamentais os nossos males: o *estadismo*, o *burocratismo* e o *bacharelismo*» (2;23).

Por seu turno Maria de Lurdes Belchior recorda que «a volubilidade com que a maledicência lusitana transforma as coisas graves e sérias em anedotário leva Eduardo Lourenço a evocar o peso de uma vida pícara que durou séculos e a falar de *degradação masoquista* e de acriticismo. A propósito desta degradação masoquista recordarei um passo de Fernando Pessoa que se encontra na *Análise mental da vida portuguesa*: 'uma Nação que habitualmente pense mal de si mesma acabará por merecer o conceito de si que anteformou. Envenena-se mentalmente'. Nesta *degradação* de si mesmo que o português pratica, há simultaneamente uma prática de exaltação do ser português que, em certos casos, coabitam. É o que acontece, por exemplo, com Vieira que nos chama de cafres da Europa e ao mesmo tempo nos considera povo escolhido, eleito para os destinos grandiosos do *Quinto Império*» (2;20 e 21).

Em contraponto, Pessoa evidencia um patriotismo místico, que «estabelece a existência de três espécies de português: um começou a existir com a nacionalidade; outro é o português que o não é e que começou com a invasão mental estrangeira. O terceiro português é o que começou a existir quando Portugal começou de Nação a esboçar-se Império.

O primeiro constitui o substrato da Nação, o segundo é o que governa o país e o terceiro é o que se perdeu com D. Sebastião em Alcácer-Quibir. Segundo Fernando Pessoa, a todos são comuns as três seguintes características: 1) o predomínio da imaginação sobre a inteligência; 2) o predomínio da emoção sobre a paixão; 3) a adaptabilidade instintiva» (2;28).

A questão da *saudade* continua a ocupar um lugar central no imaginário do povo português. Pascoais, por exemplo, fez do saudosismo a expressão por excelência do carácter nacional. Os *seareiros*, com destaque para António Sérgio e Raul Proença, pelo contrário, insistem em que são as condições históricas, sociais e culturais, que explicam certas 'formas de mentalidade e de comportamento dos portugueses'. Mas é o etnólogo Jorge Dias quem vai mais fundo na análise do conceito:

A saudade — um estado de alma *sui generis* que é geralmente considerado, por nacionais e estrangeiros, um exclusivo português — «é um estranho sentimento de ansiedade que parece resultar da combinação de três tipos mentais distintos: o lírico sonhador — mais aparentado com o temperamento céltico —, o fantástico de tipo germânico e o fatalístico de tipo oriental. Por isso (...) é muitas vezes um sentimento poético que (...) se compraz na repetição obstinada das mesmas imagens ou sentimentos. Outras vezes é a ânsia permanente de distância, de outros mundos, de outras vidas. (...) É a saudade fáustica. Porém, nas épocas de abatimento e desgraça (...) cai no fatalismo de tipo oriental, que tem como expressão magnífica o fado (...).

Este temperamento paradoxal explica os períodos de grande apogeu e de grande decadência da História Portuguesa. Ao contrário do que muitos pensam, o português não degenerou; as virtudes e os defeitos mantiveram-se os mesmos através dos séculos, simplesmente as suas reacções é que variam conforme as circunstâncias históricas. No momento em que o português é chamado a desempenhar qualquer papel importante, põe em jogo todas as suas qualidades. (...) Mas se o chamam a desempenhar um papel medíocre (...) esmorece» (7;20).

Também entre os estrangeiros é possível detectar posições divergentes quanto ao carácter dos portugueses. Enquanto Miguel de Unamuno, nas suas deambulações pelo nosso país, procura sem cessar o 'comum espírito ibérico', já Keyserling, na sua *Análise Espectral da Europa*, considera que, ao carácter inteiriço do espanhol se contrapõe a 'multiplicidade' do português.

António Marques Bessa, finalmente, acha que «conhecendo embora, no séc. XVI, um importante período comercial, a sociedade portuguesa não se lançou no capitalismo industrial. Ficou ligada a formas tradicionais de riqueza e prestígio e a modos de enriquecimento especulativo e comercial.

(...) A cultura portuguesa não engendrou filósofos, estando a filosofia portuguesa completamente abafada pela cultura académica e pela Universidade» (3;57).

Quanto à arte, diz que «é importada quase sempre, apenas no gótico final, com o manuelino, apresenta uma interpretação portuguesa; (...) e a religião conserva um carácter ruralista e popular, muito próximo do milagre e do sobrenatural» (3;58).

O português julga-se o maior improvisador do mundo, e a actividade quotidiana, seja em que domínio for, parece dar-lhe razão. Mas nem sempre foi assim. Na verdade, nada na acção marítima (na época dos Descobrimentos, entenda-se) era deixado à improvisação. Porém, com a perda da independência, Portugal dividiu-se — o povo queria ser independente, mas a maioria da nobreza e do alto clero preferiam ligar-se a Castela — e a improvisação substituiu o trabalho disciplinado e reflectido.

Hoje não é possível confiar na improvisação. A eficiência da organização administrativa e a planificação económica, bem como a actividade científica de cada nação, são incompatíveis com ela.

Eduardo Lourenço aborda o problema do relacionamento ibérico num artigo publicado no jornal «Expresso» sob o título *Portugal — identidade e imagem*: «o destino português define-se quando Portugal abandona o seu projecto ibérico ou o integra no mais vasto e imprevisível das descobertas marítimas e da colonização. Sem mudar de corpo, difundimo-nos através de terras e continentes construindo uma segunda dimensão, a dimensão imperial do século XVI, espaço de comércio, de poderio, de evangelização e de cultura, ao mesmo tempo real e fabuloso pela desproporção entre o que nós éramos como potência europeia e a vastidão desse novo espaço.

(...) A aventura marítima e colonizadora dos portugueses não tem símile na Europa moderna ⁽⁴⁾ e por isso o nosso poeta nacional preferiu compará-la à da Roma antiga. Da Roma antiga propagámos a língua que os seus soldados nos ensinaram, e da Roma cristã, na sua época contra-refor-

(4) Toda a história da expansão portuguesa é, ao contrário da espanhola, mais marítima e exploradora do que conquistadora.

mista, o cristianismo segundo o Concílio de Trento, cujas imagens intactas ou corroídas pelo tempo se encontram hoje desde Macau ao interior do Brasil» (12;17 e 18).

Até ao século XIX — altura em que a Europa nos invade pela mão de Napoleão — só uma pequena elite era sensível à opinião que o estrangeiro tinha de nós. Essa intrusão criou o pretexto para o processo público feito ao passado português pela geração de Antero de Quental, de Eça de Queirós e de Oliveira Martins ⁽⁵⁾, os quais, na verdade, se limitaram a dar voz à consciência generalizada dos portugueses face a uma Europa irremediavelmente distante.

Esta crítica destrutiva foi objecto de uma tentativa de correcção que, pelas suas consequências perversas, se revelou igualmente perniciosa. Esta *imagem idílica*, contruída nos meados do século XX por uma facção da «intelligentzia» portuguesa e segundo a qual Portugal se exportou como *jardim da Europa à beira mar plantado*, estava tão perto da realidade como a imagem que pretendia combater.

Já Alexandre Herculano, nas *Cartas sobre a História de Portugal*, divide a história pátria em dois grandes períodos: a Idade Média e o Renascimento. Segundo ele, teria sido no primeiro dos períodos referidos que a nação teve as instituições adequadas à sua índole. O Renascimento, pelo contrário, teria sido um período de marcada decadência. O grande problema português, diz ele, é que o «centralismo renascentista» se substituiu à «descentralização dos municípios medievais».

Manuel Costa Belchior também tem uma 'explicação de Portugal':

«Portugal nasceu de uma mistura de raças que se incrustou, a partir do Atlântico, no flanco ocidental da Península Ibérica. Definiu-se em parte por oposição à Espanha — poderoso tampão em direcção à Europa. Mas definiu-se também na sua relação com o mar.

Esta última definição chega agudamente até hoje.

Com cerca de um milhão de habitantes toda uma geração se lançou nos Descobrimentos e o país a eles ficou persistentemente ligado. Uma dialéctica poderosa começou a marcá-lo desde então: aquilo a que os historiadores contemporâneos chamam oposição entre 'política de transportes' e 'política de fixação'. Esta última solenemente figurada por Camões no Velho do Restelo.

(5) A chamada geração de 70 deixou-nos uma visão pessimista de Portugal como país irremediavelmente decadente. Os seus representantes dividiam-se entre os que buscavam para essa decadência causas históricas e os que invocavam para tal a raça e o modo de ser.

A dialéctica entre as duas desenvolveu-se com alternâncias, mas sempre com predomínio, nos resultados, da política de transportes. Esta traduzia-se na prática em transportar especiarias e ouro para Lisboa, comercializados depois por estrangeiros; servindo os ganhos portugueses para uma vida faustosa e irresponsável das classes dominantes e para a importação dos géneros que fossem necessários. Esta importação não tornou impetuoso o desenvolvimento da produção nacional, nem as classes dirigentes estavam voltadas para esse esforço, preferindo a vida fácil e aventureira — combatendo aqueles que defendiam a ‘política de fixação’» (1;130).

Em resumo: por mais aperfeiçoadas que sejam a sua estrutura político-jurídica e os seus apoios logísticos militares, um estado precisa, para sobreviver, da adesão activa dos seus cidadãos.

Razão e sentimento não se excluem, completam-se. Portugal só foi possível enquanto se verificou uma convergência entre as aspirações patrióticas — o sentimento — do povo e o pensamento — a razão — das elites.

3. *Esboço de formulação do carácter nacional português*

a) *Uma prevenção necessária*

Considera-se oportuno abrir este capítulo com uma prevenção: o comportamento colectivo de um povo, em determinada conjuntura, não corresponde necessariamente ao lugar geométrico nem ao somatório dos comportamentos individuais dos cidadãos na mesma conjuntura. De igual modo, os comportamentos e atitudes manifestados em comum, sob forte impulso emocional, só por acaso correspondem ao exacto sentir do grupo que os expressa. Abundantemente comprovadas no decurso do período tumultuário de 1974 e 1975, estas constatações recomendam prudência na leitura e na interpretação dos fenómenos sociais, quer sejam individuais quer de grupo.

É a esta luz que devem ser interpretados os elementos constantes do presente capítulo, incluindo aqueles que, como é o caso da investigação realizada pelo Instituto de Ciências Sociais, se subordinaram a normas de rigor científico.

b) *Alguns aspectos mais significativos do Inquérito realizado pelo Instituto de Ciências Sociais para o IDN em 1988*

A investigação sobre o *nacionalismo e patriotismo na sociedade portuguesa actual*, que o Instituto de Ciências Sociais realizou em 1988 a pedido

do Instituto da Defesa Nacional, revelou que 89,3 por cento dos inquiridos sentem orgulho de ser portugueses, e que este orgulho varia na razão inversa da classe social.

Quanto ao respeito pela própria Nação comparada com outras, verifica-se que 64,8 por cento dos portugueses consideram a sua superior às restantes.

Outro indicador analisado foi o nacionalismo — hoje confrontado com dois movimentos de sinal contrário: o da integração europeia, por um lado, e o das autonomias regionais, por outro. Quanto ao último, apenas 14,1 por cento acham que poderá ameaçar a unidade nacional; e a adesão à CEE, recolhendo 64,8 por cento de opiniões favoráveis, não consegue porém evitar que 81,8 por cento dos portugueses achem que a última palavra deve pertencer ao governo nacional e não a um eventual governo europeu.

A disposição de combater pela Pátria em caso de guerra é positiva para 70 por cento dos portugueses, enquanto que 25,2 por cento se recusam a tal.

Quanto à União Ibérica, é rejeitada por 60,3 por cento dos portugueses. Os resultados do Inquérito revelam, em síntese, que:

- (1) Portugal não tem problemas de identidade nacional.
- (2) O processo de *europeização* , tal como o de *regionalização* , não são incompatíveis com uma consciência cívica e nacional equilibrada.
- (3) As raízes e as razões do *nacionalismo* e do *patriotismo* português são profundas e antigas.
- (4) Há na sociedade portuguesa excessivo *paroquialismo* e reduzido *cosmopolitismo* .
- (5) É elevada a percentagem dos que se declaram prontos a combater pela Pátria.

c) *Uma mesa-redonda no Instituto da Defesa Nacional*

Num grupo de trabalho reunido no IDN em 27 de Janeiro de 1978, Vasco Pulido Valente disse que o carácter e mentalidade do povo português é função de três factores principais: as características físicas da terra em que habita; o processo de formação da nação; as condições de formação e da natureza do sistema político.

Começou por identificar alguns *factores de unificação*:

- (1) *contrastos geográficos*: não são tão acentuados como na maioria dos países europeus.
- (2) *homogeneidade étnica*: total.
- (3) *unidade linguística*: rara na Europa; é uma língua que vem do século XIV/XV.
- (4) *unidade religiosa*: Portugal foi poupado a todos os problemas religiosos.
- (5) *unidade política*: o estado português corresponde à Nação portuguesa. Portugal não resultou da fusão de unidades políticas preexistentes.
- (6) *antiguidade Estado-Nação*: maior do que nos restantes países europeus.
- (7) *o Império*: a necessidade de o governar exigiu uma disciplina e uma homogeneidade internas.
- (8) *processo histórico português*: precedência do Estado sobre a Nação. Em geral as nações surgiram antes dos Estados na maior parte dos países europeus.

Quanto ao carácter e mentalidade do povo português, Vasco Pulido Valente apresentou as seguintes:

Potencialidades

- os factores de unificação são mais fortes do que na maioria dos países.
- não há em Portugal, na sociedade civil, diferenciações de tomo que se sobreponham aos interesses nacionais em caso de conflito com o estrangeiro.
- a unidade nacional e a identidade do Estado-Nação já se fixaram no inconsciente colectivo. Mas o nacionalismo português foi sempre dirigido ao Império; aí havia a consciência de ser necessário um esforço.

Vulnerabilidades

- a imposição de uma cultura homogénea a todo o território gera tensões (Norte/Sul, cidade/campo).
- a predominância absoluta do Estado-Nação devida à falta de descentralização, tem gerado passividade cívica.

d) A «visão» antropológica

São os seguintes, de acordo com Jorge Dias, os elementos fundamentais da cultura portuguesa:

- expansividade
- adaptabilidade e pendor activista
- vivo sentimento da natureza, poético e contemplativo-estático.
- gosto pela ostentação
- afectividade e humanidade profundas
- saudade e obstinatismo
- tendência para sobrepor a simpatia humana às prescrições da lei
- menos exuberância do que noutros meridionais
- pessimismo

e) O «retrato» fornecido pelos intelectuais

O facto de o officio deles ser justamente o de 'criar caracteres para os pôr em conflito', conjugado com a criatividade intrínseca à expressão literária, faz com que o retrato-robot do homem português construído pelos intelectuais apresente, em simultâneo com características autênticas, traços da mais pura ficção (nestes devem incluir-se as referências mitológicas como o sebastianismo).

Os aspectos mais marcantes desse «retrato» estariam assim sujeitos a profundos desvios. Com efeito, podem detectar-se no homem português, dependendo da época, os traços da mais sublime epopeia e da mais mesquinha degenerescência. Uns e outros certamente exagerados, mais fruto da imaginação romanesca do que da análise serena, e frequentemente contraditórios. Em resumo, a literatura deixa-nos basicamente uma imagem dicotómica: um homem voluntarioso, racionalista, patriota e humanista, pertencente a uma sociedade homogénea, culta, descentralizadora, sensível ao apelo do mar e possuidora de técnicas avançadas de navegação e construção naval, no período que medeia entre a Fundação e o apogeu dos Descobrimentos; e outro derrotista, conformado, fascinado pela «superioridade» do estrangeiro, improvisador e providencialista, resignado à burocratização e ao centralismo, desde o Renascimento até ao presente. Herculano não tem dúvidas: a Idade Média é o período de ouro da nossa História, assim como o Renascimento é o da máxima degradação.

O mesmo carácter dicotómico pode observar-se quando se buscam as causas desta decadência. Ainda segundo Herculano, elas poderiam ser de natureza histórica (a revolução de 1820, a morte de D. João VI e a conseqüente crise política e social) ou estrutural (o fatalismo e a incapacidade do português para coordenar acções).

Um «retrato-síntese», que incluísse esses pontos de vista tantas vezes inconciliáveis, apresentaria as características seguintes:

(1) No domínio económico:

- O português viveu anos e anos de recursos estranhos (as especiarias da Índia, os escravos africanos e o ouro e os diamantes do Brasil), cuja facilidade de obtenção não induzia ao trabalho sério e perseverante.
- O português jamais soube tirar partido da capacidade financeira dos judeus; pelo contrário, perseguiu-os e expulsou-os do país.
- O português não acreditou na revolução industrial e nada fez para acompanhar o progresso europeu (quando, no séc. XVI, o capitalismo industrial já era uma realidade, o português preferiu manter-se ligado às formas tradicionais de riqueza e prestígio e aos modos de enriquecimento especulativo).
- O português jamais explorou os recursos das colónias. Apenas os usou — enquanto os houve — para o luxo e a ostentação. Ficou-se pelas costas, comerciando apenas.
- O português trocou o *racionalismo* da época dos Descobrimentos pela improvisação que ainda hoje impera.
- O português, educado no primado do princípio católico de renúncia aos bens terrenos, nunca deu a estes o devido valor.

(2) No aspecto psicossocial:

- O português é profundamente *providencialista*, esperando sempre que alguém — o Poder — lhe resolva os problemas.
- O *patriotismo* e o *nacionalismo* têm raízes sólidas e antigas.
- A *saudade*, que é um estado de alma exclusivo do português, potencia, pela sua influência sobre os humores, a oscilação do homem entre a ânsia de distância, de outros mundos, e o fatalismo mais deprimente.
- No momento em que é chamado a desempenhar um papel importante, o português ultrapassa-se; de contrário, esmorece.

- A expansão portuguesa é marítima e exploradora, ao passo que a espanhola é conquistadora.
- O português tem uma enorme capacidade de adaptação e tolerância, a qual teve uma importância enorme na política de miscigenação.
- O português tem um elevado sentimento individualista que, ao contrário da personalidade anglo-saxónica ou germânica, encerra com frequência uma forte componente anti-social.
- Existe em Portugal uma homogeneidade étnica, não sendo relevantes as diferenças entre algarvios e minhotos.
- O português tem o sentido da identidade nacional.
- Há um marcado afastamento, em algumas épocas, entre o comportamento e objectivos das classes altas e os das restantes classes.
- Há vestígios de *paroquialismo* na sociedade portuguesa.
- A característica facilidade do português para transformar coisas sérias em anedotário, é-lhe perniciosa.
- Durante o Estado Novo, e para contrabalançar a imagem depressiva construída pela *geração de 70*, uma facção da «intelligentzia» nacional construiu uma imagem idílica da realidade portuguesa, sem qualquer relação com a realidade.
- Sob diferentes designações, uma quantidade de autores chama a atenção para os *vícios* da sociedade portuguesa:
 - burocratismo
 - estadismo
 - bacharelismo
 - clientelismo

(3) No plano cultural:

- Há em Portugal uma marcada homogeneidade linguística, religiosa e cultural.
- A arte é importada — apenas se conhece, de genuíno, alguns aflo-ramentos de *manuelino* no gótico final.
- A religião tem carácter ruralista e popular, muito próximo do milagre.
- Enquanto o espanhol teria um carácter inteiriço, o do português seria *múltiplo*.

- O fascínio pelos valores estrangeiros, designadamente os franceses, que em certas épocas se apoderou das classes dominantes, distanciando-as das outras.
- A predominância, nos últimos 150 anos, de regimes autoritários, com a conseqüente supressão ou restrição das liberdades fundamentais, contribuiu para acentuar alguns traços conformistas do carácter português.
- Como contraponto cultural à geração de 70, surge um patriotismo místico (e mítico) que tem o seu representante maior em Fernando Pessoa: O Quinto Império, D. Sebastião, o futuro por Haver.

(4) No aspecto geopolítico:

- No dizer de Fernando Pessoa, Portugal é um país mediterrânico.
- Portugal definiu-se por oposição à Espanha — um tampão na direcção da Europa —, mas também pela sua afinidade com o mar.
- Os Descobrimentos forçaram a desertificação (das elites) do país, originando uma situação de «população mínima», que está na origem da perda da independência.
- A ligação à potência marítima (Inglaterra) foi essencial para a reconquista da independência.
- Portugal tem grande homogeneidade geográfica.
- Portugal revela grande unidade política.
- A precedência do Estado sobre a Nação, ao contrário do que se verificou na maior parte dos países europeus, facilitou a homogeneidade em todos os domínios.

D. OS NEXOS POSSÍVEIS

Parece consensual a existência de um «ponto fixo» no conjunto das Linhas de Força da História Diplomática Portuguesa: a noção de que, para assegurar a soberania, Portugal teria de resistir às ambições leonesas e ao centripetismo castelhano, tendo sido essa constatação o motor da nossa «vocaçào» marítima. Borges de Macedo, na sua *Histórica Diplomática Portuguesa — Constantes e Linhas de Força*, destacando a importância que já na altura da Fundação tinha para os portugueses a utilização da via marí-

tima como contraponto aos nexos continentais, apresenta as primeiras *linhas de força* de Portugal como estado independente:

«Pela via militar, a princípio, diplomática, logo depois e sempre, valorização e isolamento da área específica a Portugal, dentro de uma determinada ordenação geográfica; pela via política interna, determinação das forças de maiores nexos internacionais, de modo a assegurar a sua subordinação ou dependência relativamente aos poderes nacionais; pelas relações externas, já regulares, propósito de abrandamento das pressões na fronteira terrestre com o reino de Leão. (...) O recurso à acção militar dos cruzados que necessitavam da costa portuguesa, em condições da maior segurança, completava, nesse plano, o significado dos portos abertos ao tráfego cristão. Tornava-se uma necessidade para o próprio equilíbrio peninsular que a região do extremo ocidente da Península se não ligasse nem ao centro da Meseta nem ao leste mediterrânico» (13;16).

Um primeiro nexo importante — entre a resistência ao centripetismo castelhano e a *comunhão de interesses* do povo português — parece desenhar-se desde a Fundação. Naturalmente, foi a necessidade de resistir que forjou a união, e não uma qualquer «vocação para a unidade» que inspirou a resistência. Seja como for, a verdade é que os responsáveis pela concepção do «CEDN» puderam então contar com o impulso, verdadeiramente crucial, de uma *forte vontade colectiva*, verdadeira antecessora daquilo que hoje se designa por identidade nacional.

Nos séculos XIII e XIV, o incremento dos fluxos marítimos entre o Mediterrâneo e o Norte da Europa acentuou a aproximação de Portugal aos centros de decisão do mar do Norte e a sua resistência ao processo de unificação peninsular em curso. A conquista do Algarve, impedindo o 'cerco' da fronteira terrestre por Castela, foi decisiva para o destino independente de Portugal.

No século XV, a aventura atlântica transformou Portugal na primeira potência marítima ocidental. «A solidez dos apoios de que dispunha nos arquipélagos atlânticos, os bons resultados que alcançara com o tráfego comercial que aí montara, a superioridade tecnológica da sua construção naval, nos modos de navegação e no conhecimento de correntes e ventos no Mar Oceano, tornavam Portugal numa potência marítima única no Atlântico Sul. Como estado peninsular, a sua influência, força e capacidade de mobilização ia, assim, muito além do território metropolitano» (13;51).

«No último decénio do século XV, parecia pois perfeitamente definida a política externa portuguesa: a defesa da rota da Guiné, a busca da rota da Índia pelo contorno de África, a neutralidade, na Península, relações de constante reciprocidade com a Santa Sé, presença mercantil e diplomática na Europa do mar do Norte, de modo a conter quaisquer avanços dos seus marinheiros sobre as novas rotas; vigilância rigorosa de modo a impedir qualquer incidência de dificuldades políticas internas sobre a política externa, pela compressão das relações internacionais da grande nobreza.

(...) D. João II é a expressão superior desta diplomacia de força e equilíbrio peninsular, assente numa poderosa base atlântica de apoio» (13;69).

O apogeu da nossa expansão marítima impõe nova reflexão — tanto mais que os Descobrimentos parecem reflectir, na sua determinação e no seu rigor, a *antítese da improvisação* que vulgarmente se atribui ao carácter português.

Mas alguns nexos são possíveis, parecendo de destacar a *capacidade de o português se ultrapassar quando chamado a desempenhar um papel importante, a sua reconhecida capacidade de adaptação e tolerância e o carácter múltiplo, por oposição ao do castelhano que seria inteiriço*. Efectivamente, os Descobrimentos exigiram de um povo com dois milhões de habitantes um esforço enorme, só possível porque ele de facto se excedeu. E excedeu-se no conhecimento científico e técnico, no rigor do planeamento e na vontade férrea evidenciada na execução. Por outro lado, foram as suas características de *tolerância e adaptabilidade que* facilitaram a penetração em áreas desconhecidas e o contacto com gentes diversas, sem a violência bruta sempre presente nas conquistas de Castela. Em suma, o povo português revelou-se à altura de um «CEDN» ambicioso mas racionalista, fruto da reflexão, do conhecimento e da vontade.

«Com a derrota de Alcácer Quibir, a Espanha que já era a maior potência naval do Atlântico, e a que Portugal fazia frente pelos pontos de apoio, portos e navios de que dispunha, mas com quem colaborava, face aos perigos comuns, viu aumentar decisivamente a superioridade estratégica de que dispunha. Portugal viu, assim, agravar-se a situação de encontrar, na sua fronteira marítima, a mesma potência hegemónica que dominava a linha terrestre. E estava em condições muito limitadas para levar a cabo diligências no sentido de atenuar a situação de cerco em que veio

a encontrar-se. Foi nessas condições — e só nessas — que ocorreu a imposição a Portugal do mesmo rei que governava a Espanha» (13;116 e 117).

O período que se segue e termina com a perda da independência é igualmente esclarecedor em muitos aspectos. Em situação de *cerco total* — uma vez que Castela, potência continental, se tornara a maior potência marítima da época — Portugal afundou-se. Por um lado, confirmaram-se os receios dos que sempre defenderam a «amarração marítima» como forma de resistir à continentalidade; por outro, a degradação pôs a nu algumas das piores características do povo português.

Efectivamente, o usufruto fácil de recursos alheios (especiarias e ouro, principalmente) levou a que as classes dominantes, vivendo no *luxo* e na *ostentação*, se afastassem das restantes classes; além disso, toda a sociedade, de um modo geral, perdeu hábitos de trabalho, tendo começado nesta altura o deslizamento do português para o *providencialismo*. Por fim, a desertificação do país originou uma situação de *população mínima* que terá sido decisiva para a perda da independência. Ou seja, um «CEDN» deficiente ou descuidado, que não podia contar senão com a fraqueza do povo, conduziu este à desgraça.

Reconquista a independência, possível porque a Espanha lutava em várias frentes, Portugal reforçou as ligações comerciais com a Europa do Norte, com base nas especiarias da Índia e no ouro e diamantes do Brasil.

A recuperação da independência também fornece elementos para reflexão. Independentemente das circunstâncias externas, de que se destaca a luta que a Espanha era forçada a manter em várias frentes, uma destacada maioria de estudiosos releva dois factos: primeiro, o reforço das ligações comerciais — e a breve trecho também das políticas — à Europa do Norte, de novo suporte imprescindível da nossa autonomia peninsular; segundo, a vontade de independência comum a todos os estratos sociais, verificando-se uma identidade de pontos de vista e de aspirações na sociedade portuguesa.

Não parece demais realçar esta circunstância. Actualmente, os estrategos não se limitam a enfatizar a dificuldade de levar a cabo estratégias que não disponham do suporte popular — porque se tornou evidente a *absoluta necessidade* desse apoio.

O CDEN pôde contar igualmente com um *forte sentimento patriótico e nacionalista* e com a *indesmentível disposição dos cidadãos para pagar*

em armas em defesa da pátria. Este sentimento, cujas origens são comumente consideradas muito antigas e profundas, tem uma presença impressionante na nossa História. Também ele constitui um suporte indispensável ao sucesso da *vontade política de independência* — face ao poder de Castela no passado, face a outro apelo qualquer, no futuro.

Quanto aos últimos séculos da nossa História, podem destacar-se três períodos mais significativos (esta divisão não corresponde a qualquer rigor científico; pretende apenas facilitar os propósitos do trabalho).

O primeiro estender-se-ia desde a consolidação da independência até ao triunfo sobre os invasores napoleónicos. É a época em que, não faltando o dinheiro para as grandes obras de fachada, o Império do Oriente começa a desmoronar-se. Este descabro era parcialmente voluntário (recorde-se que a população de Mazagão foi em 1769 transferida para o Pará, onde se deu origem à cidade com o mesmo nome), em consequência da escassez dos recursos humanos, mas devia-se também em grande parte à ganância dos nossos aliados (principalmente os ingleses e os holandeses) que exigiam, para garantia e como pagamento da sua fidelidade, a entrega de possessões portuguesas. A circunstância de a Inglaterra, nossa aliada, se assumir com clareza crescente como a principal potência marítima da época, foi mais uma vez determinante no êxito da nossa resistência ao expansionismo espanhol; mas foi também por força dos antagonismos continentais entretanto gerados que nos vimos invadidos pelas forças napoleónicas, às quais de resto nos opusemos vitoriosamente porque dispúnhamos dos citados apoios. Entretanto, no plano económico-finaceiro, e apesar de dispormos de recursos importantes, não soubemos acompanhar o processo de industrialização que envolveu grande parte dos países europeus. Nesta época parece evidente a intenção de transferir do Índico para o Atlântico Sul o centro da actividade mercantil, enquanto se consolidavam na Europa os apoios políticos indispensáveis à manutenção e reforço da independência. Não se vislumbra ambição ou coerência nestes objectivos. Pior que isso, é patente a incapacidade de levar a cabo uma estratégia autónoma dada a reduzida margem de manobra ao dispor de Portugal. Ainda assim, a necessidade de defender pelas armas o território levou a que, no final do período, fosse possível reunir as forças — com destaque para o vector militar — capazes de um tal empreendimento.

Este período põe em destaque algumas facetas do carácter nacional:

- quando, em fase de esmorecimento, o povo foi chamado a um grande empreendimento (a resistência ao invasor hispano-francês), mais uma vez soube *ultrapassar-se*.
- durante a maior parte do período *viveu despreocupadamente de recursos alheios*, sem se preocupar em tirar deles o melhor rendimento, manifestando mais uma vez o seu gosto pela ostentação.
- ficou mais uma vez vincado o seu forte espírito de *identidade nacional* e o seu arreigado *patriotismo*.
- é marcante, nesta época de *improvisação*, o contraste com o rigor que caracterizou a época dos Descobrimentos.

O segundo decorre entre as invasões napoleónicas e a implantação do Estado Novo. É um período assaz turbulento, tanto no plano interno como no externo. O Império reduz-se à dimensão africana, a sociedade fragmenta-se politicamente, no poder alternam liberais e absolutistas, e a política externa, além de frequentemente parecer dúbia, quase não tem expressão (recorde-se que em 1898 a Inglaterra — nossa aliada! — e a Alemanha chegam a acordo quanto à partilha dos nossos territórios africanos) e o país parece atravessar um período em que não terá havido sequer um real «CEDN». A situação é tão grave que a *geração de 70* não hesista em classificá-la de irremediável. E se o *Ultimato* britânico acorda as consciências para um assomo de dignidade, aliás com fraca repercussão prática, a verdade é que a falta de coerência e de uma vontade directora acompanham a política de defesa portuguesa no período, com a pouca significativa excepção das *Campanhas Ultramarinas* do princípio do século XX.

Este terá sido porventura o período da nossa história que mais exuberantemente pôs a nu o *sentimento individualista* do português, com a sua forte componente anti-social, o qual poderá ter tido uma influência deletéria na concepção de um adequado CEDN. Sem dinheiro, sem recursos, o país fechou-se em si mesmo, abandonando-se ao *paroquialismo* e ao desleixo. Apenas na parte final, apesar de tudo, terá havido consciência dos interesses nacionais, tendo então sido decidido participar na Primeira Grande Guerra com a finalidade de assegurar a nossa presença na Conferência de Paz para aí defendermos os nossos domínios ultramarinos.

O último período, que começa com o Estado Novo e acaba com a Descolonização, é marcado fortemente pela presença tutelar do poder central. O nosso *providencialismo* aceita de bom grado esta prevalência, trazida aliás num CEDN claramente enunciado, mas a verdade é que o *centralismo*, se facilita a concepção por ausência de vozes críticas, enfraquece a execução que necessita de uma vontade forte e voluntariamente assumida. Os traços mais marcantes da nossa política de defesa são o esforço para manter a integridade dos territórios ultramarinos, a neutralidade relativamente à Segunda Grande Guerra, a tomada de consciência da importância estratégica dos arquipélagos atlânticos e da necessidade de os defender de inimigos e de aliados, e a integração na NATO como membro fundador.

O primeiro dos factos apontados, que constitui aliás um objectivo permanente da nossa política de defesa, pôs em evidência, durante cerca de treze anos, algumas das qualidades e também alguns dos defeitos mais significativos do português, tanto no plano individual como no colectivo.

Em primeiro lugar e mais uma vez, *chamado a um esforço enorme, respondeu positivamente* — que o militar português tenha mantido aberta, durante tantos anos, em territórios extensíssimos e longínquos, com reduzidíssimos apoios de toda a ordem, a porta da negociação política, é uma proeza colossal. Igualmente importante foi o suporte diplomático: coerente e determinado apesar da hostilidade internacional. Esta tarefa pôde contar com o *sentimento nacionalista* (para muitos, de discutível qualidade), a *rusticidade* e o *espírito tolerante* do português. Por outro lado, enquanto ia assistindo ao progresso vertiginoso dos territórios ultramarinos, o poder punha em prática uma política de fixação de colonos mesquinha e mostrava-se incapaz de promover no território europeu um desenvolvimento paralelo. Mas, por uns tempos, foi possível superar a *improvisação* e o *sentimento individualista*, sem no entanto rejeitar o *providencialismo* de tão nefastas consequências. Esta *característica* ajudou a criar no país uns quantos vícios (*burocratismo, estadismo, bacharelismo e clientelismo*) que o Estado Novo não cessou de promover. O *patriotismo místico* de Pessoa, bem bem como a imagem idílica que uma parte da «intelligentzia» nacionalista procurou dar do país, se serviram para lançar o empreendimento da defesa do Ultramar, acabaram por não lhe fornecer nenhum suporte significativo, contribuindo ainda para a confusão final da descolonização, arquétipo dos

nossos piores defeitos e que constitui uma época de deliquescência de Portugal, em que seguramente não foi concebido e muito menos posto em prática qualquer CEDN.

Resumindo: ainda que não seja fácil construir um retrato objectivamente autêntico do homem português, é no entanto possível detectar características propiciadoras de comportamentos homogêneos na sociedade portuguesa. Saber se essas *linhas de conduta* sociológica intervieram no devir do país, ou se foi, pelo contrário, a dinâmica da comunidade que balizou os comportamentos individuais, parece, à luz duma análise sistémica, despropositada. Na verdade, ambas as asserções são parcialmente verdadeiras e obviamente concorrenciais.

A relação do carácter do povo com os traços mais marcantes da estratégia nacional não são sempre evidentes, havendo até períodos em que parecem entrar em contradição. Noutros, porém, é nítida a influência, pela positiva como pela negativa, do carácter português na definição das principais linhas de força da política de defesa nacional.

São enfim os nexos possíveis. Entendê-los afigura-se-me de uma importância vital, num mundo em que se torna cada vez mais difícil detectar as ameaças e preparar os meios para as enfrentar.

Nuno António Bravo Mira Vaz

Coronel pára-quedaista

Assessor do IDN

BIBLIOGRAFIA

- (1) BELCHIOR, Manuel Costa, «Elementos sobre Limites e Potencialidades da Situação Portuguesa» — Estratégia e Plano, revista *Nação e Defesa* n.º 0, Abril de 1976.
- (2) BELCHIOR, Maria de Lurdes, «Sobre o Carácter Nacional ou para Uma 'Explicação' de Portugal», revista *Nação e Defesa* n.º 21, 1982.
- (3) BESSA, António Marques, *et allia*, *A Identidade Portuguesa*, ed. do Instituto D. João de Castro, Lisboa, 1988.

- (4) CARVALHO, Joaquim Barradas de, «Para Uma Explicação de Portugal», revista *Nação e Defesa* n.º 0, Abril de 1976.
- (5) CRUZ, Manuel Braga da, *et alia*, *Nacionalismo e Patriotismo na Sociedade Portuguesa Actual*, ed. do Instituto da Defesa Nacional, Lisboa, 1988.
- (6) DIAS, Jorge, «Antropologia Cultural», separata de *Estudos Políticos e Sociais*, ed. do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, 1984.
- (7) DIAS, Jorge, *Elementos fundamentais da Cultura Portuguesa*, ed. Agência Geral do Ultramar, Lisboa, 1960.
- (8) DIAS, Jorge, *Estudo do Carácter Nacional Português*, ed. Junta de Investigação Científica do Ultramar, Lisboa, 1971.
- (9) JANEIRA, Armando Martins, «A improvisação lusitana», jornal «*Expresso*», s/data.
- (10) LEAL, António da Silva, «O Estudo do Carácter Nacional», jornal *Diário de Notícias*, s/data.